

DEBATES

DEBATE: O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO AMAZONAS

ADEVALDO DIAS, LIDERANÇA SOCIAL, DA COORDENAÇÃO
DO CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS (CNS) E
PRESIDENTE DO MEMORIAL CHICO MENDES

1 – Qual sua opinião sobre o setor agropecuário no Amazonas e como entende que deva se dar o desenvolvimento rural no Estado?

Vou me reportar mais especificamente ao que diz respeito ao extrativismo. Sabemos que existem algumas cadeias produtivas, como castanha, borracha e açaí que estão rodando, mas muito em função da iniciativa das organizações locais, que têm feito um esforço muito grande para articular parcerias, muitas vezes fora, com ministérios, para fazer essa política rodar, para agregar valor a esse setor. Mas, no geral, não percebemos, no Estado do Amazonas, uma organização para atender a esse segmento. É um setor em que as famílias estão completamente isoladas, muito distantes dos grandes centros e, por consequência, longe das discussões, das proposições de políticas públicas. Acredito que seja necessário construir com quem é responsável pela implementação de políticas, seja em nível municipal, estadual ou federal, um plano para desenvolver o setor a partir da necessidade que cada região apresenta. Qual a necessidade da cadeia produtiva da castanha, por exemplo? Quanto o coletor de castanha ganha em relação ao valor que é vendido o quilo da castanha? Trabalhamos muito nessa linha, para que o coletor – que é quem conserva e faz o uso sustentável da floresta – possa ter o máximo de proveito possível. Então, eu penso que a solução é o planejamento e o investimento para resolver os principais problemas do setor. E aí existem alguns pontos que já são de conhecimento, como dificuldade de transporte, falta de acesso a estruturas de pré-processamento dos produtos e ausência de assistência técnica, porque se houvesse assistência técnica específica para esse público, acredito que seria possível desenvolver de forma melhor o setor.

2 – Qual a influência da Zona Franca no desenvolvimento do setor agropecuário do Amazonas? Acredita que seja possível integrar políticas urbano-industriais (Zona Franca) e políticas de desenvolvimento rural? Como?

Pode ser que não influencie, mas também não contribui. A economia gira em torno disso, mas o que retorna desses investimentos? Não existe qualquer investimento que seja feito nas cadeias produtivas do extrativismo pelo modelo e pela política da Zona Franca de Manaus, por exemplo.

3 – A agricultura deve ser uma prioridade na região? É possível preservar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, dar conta do abastecimento interno da região?

Os dados dizem que no Amazonas temos cerca de 98% de cobertura florestal, ainda. Mas isso existe porque, dentre outras questões, tem uma população que está lá cuidando desses recursos. As pessoas que estão lá fazem essa preservação e o uso sustentável, porque se elas não usassem de forma sustentável, essa situação seria diferente, como temos exemplo em vários outros Estados da Amazônia. O extrativismo é a essência da preservação e da conservação dos recursos naturais. Você imagina: um extrativista que tem um castanhal jamais vai derrubar esse castanhal. Porque ele sabe que se derrubar, no próximo ano não colhe mais. A mesma coisa é o seringueiro – a seringueira da qual ele coleta o látex hoje, ele vai poder coletar por muitos anos. Então, o extrativismo é a essência da preservação, no entanto, é necessário que seja feito investimento na agregação de valor a esses produtos, porque o coletor que está lá no mato ganha muito pouco com isso. Quem ganha mais são as pessoas que industrializam, processam e comercializam. Então, uma política se faz necessária para garantir renda justa, com dignidade, para as pessoas que estão na floresta, protegendo os recursos naturais.

4 – De que forma o Estado poderia atuar em relação a temas como logística de produção, abastecimento na região e políticas de associativismo e cooperativismo?

O Estado poderia fazer um planejamento de cada cadeia produtiva. Por exemplo, em relação à borracha, nós temos uma usina em Iranduba, financiada pelo Estado, que está parada. Quer dizer, o Estado investiu um valor alto para um empresário construir uma usina e ela está parada. Com certeza, o empréstimo que o governo estadual fez não está gerando retorno. Então, o Estado tem de planejar a cadeia com quem a desenvolve. A partir do planejamento dessas cadeias é necessário fazer um forte investimento

em diversas áreas, porque hoje há carência em quase tudo. Qual a política de transporte que nós temos? Vamos usar como exemplo um produto como o pirarucu. Não há uma comunidade manejadora de pirarucu que tenha estrutura mínima de captura e de pré-processamento desse peixe. Ou seja, legalmente, hoje, nenhuma comunidade da Amazônia estaria autorizada a comercializar pirarucu. O setor público tem de dar condições para essas organizações, até mesmo como contrapartida ao processo de preservação que eles fazem desses recursos naturais e do ambiente ao redor. Associado a isso, ainda é preciso dar acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural. Será que esse extrativista, que está lá no meio da floresta, preservando os recursos naturais, vai querer que o seu filho viva o tempo todo sem educação, que não tenha acesso à saúde, que não tenha acesso à comunicação? Essa é a realidade das comunidades amazônicas, na maioria dos casos.

5 – Que princípios gerais devem estar presentes quando se pensa em pesquisa, tecnologia e inovação visando à produção agropecuária para a região amazônica?

Um dos princípios essenciais é o envolvimento da comunidade. Não dá para desenvolver uma tecnologia e depois apresentar para a comunidade o resultado. É preciso envolver e identificar na comunidade o gargalo que ela tem e impede o seu desenvolvimento por falta de conhecimento. A partir dessa dificuldade a ciência entra, pesquisa e entrega a solução. Não se pode construir uma tecnologia de fora e simplesmente levar para a comunidade, porque os exemplos que nós temos são de insucesso. Um exemplo, bem prático, da agricultura familiar da região de Carauari: existe uma comunidade que durante a seca tem muita dificuldade de escoar a produção. Eles produzem farinha de mandioca amarela. A forma de eles conservarem essa farinha é colocar em sacos plásticos e depois em um saco de fibra. Essa farinha aguenta muito tempo assim, mas ela perde a cor amarela, que é o que o mercado gosta. O povo vive com esse problema por centenas de anos e não tem ninguém que diga o que fazer. Então, é por isso que existe essa necessidade de interação entre a pesquisa e a comunidade.

6 – Como vê a Amazônia daqui a três décadas?

Nós estamos em um Estado em que é possível pensar a existência da Amazônia no futuro, mas, se pensássemos como um todo, talvez teríamos muito pouco. Mas, de toda forma, eu sou otimista e queria que daqui a três décadas nós tivéssemos essas comunidades acessando educação, saú-

de, internet, assim como os filhos da elite na cidade grande. Quero que tenham direito à água tratada, que os filhos dessas pessoas possam fazer uma faculdade no meio rural, para elas se desenvolverem. A gente trabalha para isso. No entanto, se formos olhar o que era o cenário da Amazônia três décadas atrás, vamos ver que avançamos muito pouco. Ao contrário: o avanço é do desmatamento das áreas florestadas, que são justamente as áreas que mantêm essas pessoas no meio rural, principalmente os extrativistas.

OSÍRIS ARAÚJO DA SILVA, ECONOMISTA, CONSULTOR DE EMPRESAS, ESCRITOR, PRODUTOR RURAL E COLUNISTA DO JORNAL *A CRÍTICA*

1 – Qual sua opinião sobre o setor agropecuário no Amazonas e como entende que deva se dar o desenvolvimento rural no Estado?

O Amazonas não consegue avançar em relação ao setor primário. Nossa produção não se coaduna com as necessidades da população. Por isso o Amazonas (capital e interior) importa peixes, leite, laticínios, verduras, frutas, bebidas, feijão, frango, arroz, carnes, farinha e cheiro verde. O interior produz muito pouco, quase nada. Nossas terras exigem tecnologia de produção e processo (sistema de produção) ainda não desenvolvida pela pesquisa, e de assistência técnica adequada não provida pela Sepror/Idam. Basicamente por insuficiência de investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, e de governança sobre o sistema conduzido por Universidade, Inpa e Embrapa, omitindo-se, por razões óbvias, a contribuição do CBA.

Observa-se, no Amazonas, que a política governamental para o setor primário não atenta às evidências que o cenário nacional expõe com toda clareza possível sobre o sucesso do setor para a economia nacional. A aposta local concentrada no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus como garantia de nosso crescimento foi e é no mínimo temerária. Precisa ser reavaliada urgentemente. No setor agropecuário e da biodiversidade, certamente, poderão ser encontradas respostas de maior consistência capazes de assegurar futuro mais promissor à nossa economia.

2 – Qual a influência da Zona Franca no desenvolvimento do setor agropecuário do Amazonas? Acredita que seja possível integrar políticas urbano-industriais (Zona Franca) e políticas de desenvolvimento rural? Como?

No atual cenário, praticamente nenhuma.

A integração a que se refere, contudo, é absolutamente possível. Depende basicamente da tomada de decisão política que se ajuste aos problemas estruturais no que tange a questões fundiárias, de solo, de clima e meio ambiente. Em sentido contrário, o governo amazonense, e o próprio governo federal falham grosseiramente nesse campo. As tomadas de decisão são não raro desprovidas de embasamento técnico que apresente soluções compatíveis à complexidade do problema.

Universidade, Embrapa e Inpa não interagem na medida que desses órgãos se espera. Por isso o produtor vive isolado sem condições de solucionar problemas os mais elementares, pois lhe faltam conhecimento básico e assistência técnica adequada.

Carências infraestruturais são graves: o interior não conta com logística de transporte, saúde, educação, infraestrutura portuária, de armazenagem, vicinais, energia elétrica, etc. Diante de tantas adversidades, produzir alimentos no Amazonas é praticamente um milagre.

3 – A agricultura deve ser uma prioridade na região? É possível preservar os recursos naturais e ao mesmo tempo dar conta do abastecimento interno da região?

O Amazonas detém 54% de suas terras como reservas estaduais, da União federal e indígenas. O que fazer com os 44% restantes? De acordo com o Código Florestal, 80% das áreas das propriedades devem ser mantidas como reservas legais intocáveis. Então, como utilizar os 20%? Por falta de Zoneamentos Ecológicos e Econômicos (ZEEs), por grave carência de Sistemas de Produção relativos à maioria das cadeias produtivas agropecuárias e de assistência técnica ao produtor, o governo não tem essas respostas. Por isso quase nada o Estado produz.

Produzir com respeito ao meio ambiente é o caminho mais seguro, o único na verdade, capaz de possibilitar a implantação de uma agropecuária sustentada. Desenvolver o Estado e a região é garantir a defesa de nosso ecossistema, significa banir o predador e preservar nossa biodiversidade. A destruição se alastra exatamente no vácuo gerado pela ausência de políticas públicas voltadas à ocupação econômica com sustentabilidade de nossas terras. Não há como evitar o predador se o bioma está desguarnecido, entregue à própria sorte.

4 – De que forma o Estado poderia atuar em relação a temas como logística de produção, abastecimento na região e políticas de associativismo e cooperativismo?

Por meio de uma combinação de fatores e atitudes que efetivamente alcancem o âmago da questão. Nessa trilha o imprevisto não tem sustentação. Deve de imediato ser banido.

Com base em estudos e em minha experiência de campo, vejo a questão sob os ângulos a seguir:

Imagino que o governo terá de optar por uma política agrícola seletiva. O Amazonas não dispõe nem de recursos financeiros nem humanos para cobrir, na mesma medida e intensidade, todos os setores em todos os municípios. Terá assim que eleger prioridades, segmentos que apresentem vantagens comparativas e competitivas convincentes.

Com base nas expectativas dos agentes do setor primário (governo, produtores e técnicos), a base de uma ação revolucionária no setor primário amazonense terá inelutavelmente que se apoiar em alguns pressupostos estruturais, examinados resumidamente a seguir:

a) Reestruturação administrativa, técnica e operacional dos órgãos que coordenam o setor (à frente Sepror e Idam), entregando sua gestão a técnicos de comprovada competência, não a políticos que, regra geral, fazem do setor plataformas político-eleitorais – o que é absolutamente incompatível para com o planejamento de longo prazo e com os resultados que se pretenda alcançar com a dinamização do setor.

b) Adequação orçamentária e financeira do setor tendo em vista viabilizar ações eleitas como prioridades de governo. Elevar, em consequência, a dotação orçamentária do setor primário dos atuais 0,7% para algo em torno de 2 – 3,0% do Orçamento Geral do Estado, de imediato, é absolutamente essencial. Condicionado à modernização/profissionalização administrativo-financeira do sistema. De outra forma, é como confiar a guarda de galinheiro à raposa.

c) Investir no curtíssimo prazo no treinamento e capacitação da extensão rural (hoje extremamente deficiente e desvirtuada em muitos aspectos de seus objetivos fundamentais).

d) Promover, de imediato, entendimentos com Universidade, Embrapa e Inpa objetivando definir sistemas de produção capazes de orientar tecnicamente os projetos e assim garantir sua exequibilidade econômica (na verdade, ao que entendo, nosso problema básico reside em que o Amazonas não tem estrutura técnica baseada em sistemas de produção para orientar a grande maioria dos segmentos que se enquadram entre os prioritários – piscicultura, fruticultura, pecuária, especialmente nos setores de caprinos, ovinos e suínos), etc.

e) Viabilizar financeiramente e dotá-lo de estruturas gerenciais adequadas o Programa Amazonas Rural (Procalcário e Proinsumos), criado em 2012 e até hoje não operacionalizado. Além desse indispensável passo, maximizar ações junto ao Fundo Amazônia, à Sudam e Suframa, ao MAPA e mesmo ao Banco Mundial, tendo em vista captar recursos para investimento no setor primário de acordo com projetos técnicos e de viabilidade econômica ajustados às prioridades do governo e às vocações agroeconômicas do Estado.

f) Providenciar a constituição de uma empresa estadual (pública ou de capital misto) para promover pesquisas próprias e gerenciar a governança da pesquisa e sua aplicabilidade no Estado, nos moldes da Epamig, em Minas, Iapar, no Paraná, IPA, em Pernambuco, IAC, em São Paulo ou a Sagri, do Pará. Há disponibilidade de recursos do FTI capazes de sustentar a implantação do empreendimento.

g) Concluir e implementar, urgentemente, os Zoneamentos Ecológico Econômico (ZEEs) e os demais projetos complementares.

h) Empreender ações de recomposição do sistema ambiental degradado com tecnologia de processo e produto avançada e ajustada às assimetrias da região.

5 – Que princípios gerais devem estar presentes quando se pensa em pesquisa, tecnologia e inovação visando à produção agropecuária para a região amazônica?

Estudos do Inpa demonstram que os avanços dos conhecimentos sobre a Amazônia tornam possível conciliar desenvolvimento e floresta em pé. Para isso, prioritário se torna valorar ambiental e economicamente seus recursos naturais. Simultaneamente, encontrar mecanismos capazes de permitir a exploração e a preservação do patrimônio natural, atribuindo valor à floresta para que os bens produzidos a partir dela possam competir com outras *commodities*.

O desenvolvimento e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas e de produtos e processos que garantam o aproveitamento das potencialidades regionais devem ser pautados pelo diálogo salutar entre o poder público e o setor empresarial. Esta constatação elementar exige, contudo, plena integração do sistema de ensino e de C&T aos governos estaduais e Federal na região. Premissa que não pode ser negligenciada nem postergada.

O amanhã é hoje quando se trata de escala econômica (quantitativa e qualitativamente), particularmente em relação à inserção de produtos da biodiversidade amazônica nos mercados mundiais.

6 – Como cada debatedor vê a Amazônia daqui a três décadas?

Muito simples: em avançado estágio de desertificação ou como grande potência econômica liderando a produção mundial de serviços ambientais, de produtos da biodiversidade, de alimentos, de combustíveis, de minerais estratégicos, de petroquímicos, etc., dependendo única e exclusivamente do papel que o governo brasileiro venha a conferir à região levando em conta o enorme potencial encerrado em sua biodiversidade.

A Amazônia é solução, não problema para o País. Só há uma forma segura de preservação de seu ecossistema: desenvolvendo-a social e economicamente. Assim ocorreu com os países nórdicos, o Canadá, a Alemanha, os diversos países europeus e asiáticos, onde conflitos em relação ao meio ambiente são praticamente nulos. Em Tóquio, em Berlim, em Londres, em Paris, na Suécia ou na Holanda pesca-se em rios ou igarapés que correm em pleno centro dessas cidades.

A despeito de alegados cuidados ambientais do governo, das comunidades científicas e de organizações não governamentais, entretanto, os rios que banham as cidades brasileiras não passam de esgotos a céu aberto.

RICARDO LOPES, PESQUISADOR E CHEFE-ADJUNTO
DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA EMBRAPA
AMAZÔNIA OCIDENTAL

1 – Qual sua opinião sobre o setor agropecuário no Amazonas e como entende que deva se dar o desenvolvimento rural no Estado?

O setor agropecuário, no Amazonas, é composto predominantemente por agricultores familiares, tendo importância fundamental para a soberania e a segurança alimentar da população. Os principais produtos são alimentos com demanda local, com destaque em volume e distribuição da produção para mandioca, macaxeira, banana, hortaliças e grãos. Frutas como abacaxi e laranja também têm expressiva produção, mas concentrada em alguns municípios, mais próximos e com acesso mais fácil ao mercado da capital. São poucos os produtos com volume relevante destinado a mercados externos – como exemplos podemos citar alguns alimentos como o açaí e a castanha, provenientes do extrativismo, e o guaraná e o cacau cultivados. Alguns produtos industriais também têm produção relevante, como a borracha do extrativismo e a malva, cujo Estado é o maior produtor.

É necessário aumentar, diversificar e inovar na produção agropecuária do Estado, não apenas para atender à demanda local por alimentos, visto que ainda importamos, por exemplo, farinha de mandioca, banana e peixes, mas também para atingir mercados externos, aumentando a geração de renda e melhorando a qualidade de vida do agricultor.

As inovações tecnológicas para o setor agropecuário no Amazonas devem focar, em um primeiro momento, principalmente, o aumento de produtividade e qualidade dos produtos que já possuem demanda local ou de mercado externo não atendida e também o aumento da produtividade da mão de obra (cada vez mais escassa no setor agropecuário) com mecanização da produção. Temos que ter como meta, por exemplo, atender os mercados institucionais nos municípios do interior, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), com a produção da agricultura familiar local, para isso, capacitando e oferecendo assistência técnica aos agricultores para que possam adotar as inovações tecnológicas e incentivando a organização cooperativa formal dos agricultores. Questões não tecnológicas e que dependem da ação do Estado, também, são fundamentais, como a regularização fundiária, infraestrutura de escoamento, armazenamento e comercialização da produção e oferta adequada de crédito.

2 – Qual a influência da Zona Franca no desenvolvimento do setor agropecuário do Amazonas? Acredita que seja possível integrar políticas urbano-industriais (Zona Franca) e políticas de desenvolvimento rural? Como?

A Zona Franca tem contribuído para o desenvolvimento do Amazonas por meio da industrialização, no entanto, de forma concentrada, principalmente na capital do Estado, com algum impacto na região metropolitana. O modelo em sua concepção também tem incentivos fiscais às atividades do setor primário. O Distrito Agropecuário da Suframa (DAS), com mais de 600 mil ha na zona rural de Manaus, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, é destinado a projetos agropecuários com apoio da autarquia, que disponibiliza área e infraestrutura básica para empreendimentos agropecuárias de pequeno, médio e grande portes. Contudo, não se obteve no setor primário o mesmo sucesso que no industrial, isso por uma série de fatores políticos, econômicos e de gestão. A maior parte das vicinais do DAS é mantida em péssimas condições, o que dificulta o acesso às propriedades e o escoamento da produção. É necessário um programa de revitalização do DAS que envolva Suframa, governo estadual e municípios para apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário na área. O DAS tem grande

potencial para produção de frutas, verduras, tubérculos, peixes, aves e ovos, entre outros produtos destinados ao mercado da capital, assim como para produção de matérias-primas demandadas pelas indústrias do Polo Industrial de Manaus, como fécula, borracha e óleos vegetais. É necessário apoio e incentivo não apenas para produção, mas também para agroindústrias de beneficiamento, que agreguem valor aos produtos agropecuários, e fábricas de ração para animais.

3 – A agricultura deve ser uma prioridade na região? É possível preservar os recursos naturais e ao mesmo tempo dar conta do abastecimento interno da região?

Não resta dúvida de que deva ser priorizada. A produção de alimentos é necessária para a soberania alimentar da população local e também uma das poucas alternativas de interiorização do desenvolvimento. Estados próximos como Mato Grosso, Pará e Rondônia têm priorizado o setor primário e se destacam no valor da produção em nível nacional. No Amazonas a Zona Franca mantém o Polo Industrial de Manaus, com mais de 400 empresas e 120 mil empregos diretos gerados. Esse modelo tem sido a base econômica do Estado, enquanto o setor primário tem recebido pouco investimento. O modelo Zona Franca tem concentrado a geração de renda e o desenvolvimento principalmente na capital do Estado; já o setor agropecuário, uma das poucas alternativas de desenvolvimento para o interior, não tem recebido a devida prioridade. Para um Estado com as dimensões e dispersão da população como o Amazonas, é inquestionável a importância da produção agropecuária.

Sempre que se fala em ampliação da produção do setor agropecuário do Amazonas, surge o dilema produção *versus* preservação da floresta. No entanto, é perfeitamente possível conciliar esses objetivos, principalmente intensificando a produção em áreas já desmatadas com as inovações tecnológicas disponíveis. Também deve ser considerado que temos legislação de proteção da floresta e dos recursos naturais que determina o percentual de uso das áreas com agricultura e também orienta o uso adequado dessas áreas para minimizar os impactos negativos ao ambiente. Isso necessariamente tem que ser respeitado com todo rigor. O Amazonas tem mais de 97% de sua área de florestas preservada. É possível aumentar a produção, tanto para o consumo interno quanto para explorar mercados externos, sem impactos significativos com desmatamentos, promovendo a economia dos municípios do interior com a produção agropecuária, gerando aumento

de renda e melhoria da qualidade de vida, não só da população rural, mas também da urbana.

4 – De que forma o Estado poderia atuar em relação a temas como logística de produção, abastecimento na região e políticas de associativismo e cooperativismo?

A logística é uma questão fundamental para o desenvolvimento do setor agropecuário e que depende de investimentos públicos em vias de escoamento, infraestrutura para armazenamento e comercialização da produção. Os investimentos em infraestrutura deveriam ser direcionados com base em um bem elaborado zoneamento ecológico econômico para o Estado, com a participação efetiva dos municípios e populações locais. São também importantes as políticas públicas que definem os preços mínimos e os mercados institucionais.

Pequenos agricultores geralmente mantêm formas de cooperação para viabilizar a produção, por exemplo, mutirões de trabalho. No entanto, para que se insiram de maneira competitiva no mercado, é necessária a cooperação formal, o que requer certo nível de profissionalização em gestão. Nesse sentido existem organizações como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que assessora, orienta e defende os interesses das associações cooperativas e que, no Amazonas, tem intensificado as ações para promoção e desenvolvimento das cooperativas do setor agropecuário. Por meio de cooperativas e associações, os produtores podem demandar políticas públicas, ter acesso a financiamentos em melhores condições, usar de forma compartilhada máquinas e equipamentos com menor custo, adquirir e vender produtos com melhores condições, participar da gestão compartilhada público-privada das infraestruturas de logística disponibilizadas pelo Estado e acessar os mercados institucionais, entre outras vantagens.

5 – Que princípios gerais devem estar presentes quando se pensa em pesquisa, tecnologia e inovação visando à produção agropecuária para a região amazônica?

Os princípios da pesquisa devem ser os mesmos em qualquer situação, mas as peculiaridades da região definem as prioridades da pesquisa. Nenhuma pesquisa, por exemplo, deve negligenciar impactos ambientais, sociais e econômicos, independentemente de ser destinada à região que comporta a maior floresta tropical do planeta ou para a região onde reste a menor proporção da vegetação natural. É coerente que, se temos uma vasta

floresta, temos de valorizá-la, gerando conhecimentos que se traduzam em melhoria de qualidade de vida das populações locais. No entanto, o alimento que faz parte da dieta da maior parte da população é predominantemente proveniente da produção agropecuária das áreas já desmatadas e de um número reduzido de espécies. No Amazonas, por exemplo, muito se fala em explorar a biodiversidade, ampliar o número de espécies cultivadas para alimentação, promovendo a mudança de hábitos alimentares. No entanto, como diversificar a produção se não produzimos o suficiente dos alimentos básicos da população local como a farinha, a banana e o peixe? Importamos de outros Estados alimentos essenciais para a dieta da população local, mesmo com tecnologia para o aumento de produtividade sem necessitar desmatamento. Explorar espécies que ainda não têm mercado definido é, de fato, muito atraente para a pesquisa e é necessário valorizar a biodiversidade, descrever a composição de frutos, tubérculos, os benefícios para a saúde, o desenvolvimento da planta, as formas de propagação, entre outros aspectos. No entanto, quando se fala de priorização, com recursos humanos e orçamentos restritos, inovações na produção de alimentos que já são essenciais para a dieta da população e que já têm demandas de mercado estabelecidas não podem deixar de ser prioridade.

6 – Como vê a Amazônia daqui a três décadas?

Particularmente para o Estado do Amazonas vislumbro aumento da produção do setor primário, no caso de culturas temporárias (tubérculos, grãos e hortaliças) e pequenos animais com foco no mercado local e com a produção de culturas perenes e extrativismo para mercado nacional e internacional. Deverá ser mantida a participação predominante da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado local. Esta terá, ainda, participação na produção para atender o mercado nacional e internacional, mas teremos, também, médios e grandes empreendimentos, principalmente com produção voltada para mercados externos, tanto nacionais como internacional.